

Rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e contextos históricos durante a ditadura

Brazilian public radio stations and the '64 coup: main stations and historical contexts during the dictatorship

La radio pública brasileña y el golpe del 64: principales emisoras y contextos históricos durante la dictadura

Valci Regina Mousquer Zuculoto, Guilherme Gonçalves Longo

Resumo

Para marcar os 60 anos do Golpe de 64, este artigo apresenta resultados preliminares de estudo sobre rádios do segmento não comercial naquele período específico da história do Brasil, com objetivo de evidenciar impactos da ditadura no campo público da radiofonia. Recortado no grupo de estatais, universitárias e culturais, que então se integravam ao chamado sistema educativo, primeiro identifica estações de expressão histórica naquele tempo: as Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, a Inconfidência de Minas Gerais, Cultura de São Paulo e as emisoras das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Goiás. A seguir, destaca e reflete violências sofridas pela MEC e a Nacional. À época, essas rádios

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 14/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

>> Como citar este texto:

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer; LONGO, Guilherme Gonçalves. Rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e contextos históricos. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 97-116, mai./ago. 2024.

Sobre a autoria

Valci Regina Mousquer
Zuculoto

valzuculoto@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2453-3990>

Jornalista, secretária de Educação, Cultura e Aperfeiçoamento Profissional da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutora em Comunicação (PUCRS), com estágio pós-doutoral na UFRJ. É presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), coordena a Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RADIOJOR) da SBPJor.

Guilherme Gonçalves Longo
guilherme.g.longo@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-1105-0180>

Jornalista e doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCom - USP). É membro dos grupos de pesquisa GIRAFÁ (Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio) e GIPTeLe (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo).

consolidavam programação educativa. A Rádio MEC tornava-se a de maior evidência neste sentido. Já a radiofonia comercial vivia a Era de Ouro e uma rádio estatal, a Nacional, contraditoriamente era seu modelo padrão. É estudo em perspectiva histórica, de natureza exploratória, com revisão bibliográfica e análise documental.

Palavras-chave: História do Rádio; Rádio Público; Ditadura Militar; Golpe de 64

Abstract

To mark the 60th anniversary of the 1964 Coup, this article presents preliminary results of a study on non-commercial radio stations during that specific period in Brazil's history, with the aim of highlighting the impacts of the dictatorship on the public radio broadcasting sector. Focusing on the group of state-owned, university-owned and cultural radio stations that were then integrated into the so-called educational system, the article first identifies stations of historical significance at that time: Rádio Nacional and Rádio MEC in Rio de Janeiro, Rádio Inconfidência in Minas Gerais, Rádio Cultura in São Paulo and the stations of the Federal Universities of Rio Grande do Sul and Goiás. It then highlights and reflects on the violence suffered by Rádio MEC and Rádio Nacional. At the time, these radio stations were consolidating educational programming. Rádio MEC was becoming the most prominent in this regard. Commercial radio was already experiencing its Golden Age and a state-owned radio station, Rádio Nacional, was, contradictorily, its standard model. This is a study from a historical perspective, of an exploratory nature, with a bibliographic review and documentary analysis.

Keywords: Radio History; Public Radio; Military Dictatorship; 1964 Military Coup

Resumen

Este estudio examina la toma de decisiones empleada por las estaciones al elegir emplear mecanismos de distribución alternativos, identificando las restricciones bajo las cuales operan las y hasta qué punto estas opciones funcionan como una forma de arbitraje regulatorio. Se analizan los impactos de tales decisiones en el acceso, la conformidad con la misión de la estación, el costo y la naturaleza de los medios resultantes. El paper se articula con conversaciones más amplias sobre cómo los actores de los medios comunitarios negocian las limitaciones regulatorias, tecnológicas y de otros tipos, y el impacto de tales respuestas.

Palabras clave: Radio universitaria; Arbitraje regulatorio; Medios comunitarios; Neoliberalismo; Compromiso público.

“Chora
a nossa pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
no solo do Brasil”

(trecho da música “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, que teve interpretação de Elis Regina durante a ditadura)

1º de abril de 1964. Inicia-se um longo período de terror no Brasil. O país sofre uma ditadura de duas décadas. Perseguições, torturas, assassinatos, desaparecimentos políticos, censura à imprensa, enfim, todos os tipos de arbitrariedades e violências foram praticados, privando os brasileiros das suas liberdades democráticas. Tudo em nome da segurança e desenvolvimento do país, para livrá-lo do então chamado “avanço comunista”, justificativa para o Golpe e o regime militar que instaurou.

À revelia da retórica presidencial-militar, a partir de abril de 1964, começou no Brasil um período de vinte anos de restrições políticas e constantes mudanças na Constituição, baixadas por um regime de caráter essencialmente autoritário, cuja bandeira ideológica sustentou o lema Segurança e Desenvolvimento. (Perosa, 1995, p.89)

Já naquele primeiro dia da ditadura instalada pelo Golpe Civil-Militar, assim como ocorreu com demais segmentos e instituições do país, o regime ditatorial busca controle total sobre a imprensa e seus veículos. De norte a sul do Brasil, todas as vozes que representassem risco de dissonância, resistência, enfrentamento, precisavam ser silenciadas.

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados[...]. (Sodré, 2011, p. 636)

Neste silenciamento da mídia e dos seus profissionais, praticado não somente através de censura como por diversas outras formas de repressão, o rádio brasileiro - tanto as emissoras do sistema privado quanto as não comerciais - foi um dos meios de comunicação mais impactados. Embora já iniciando o ocaso da sua chamada Época de Ouro, ainda se constituía no meio

de comunicação mais popular e de maior abrangência no país. (Zuculoto, 2012a).

As repercussões da ascensão dos militares ao poder começaram com a cassação de direitos políticos dos derrotados. Na sequência, viriam a perseguição, a censura, a tortura, enfim, o amplo leque de alternativas repressoras dos regimes autoritários. O setor de radiodifusão não foge à regra. Ocorrem demissões – por vezes seguidas de detenção – e gradativamente, com fortalecimento da linha dura do regime, emissoras são fechadas e a censura torna-se prática comum. Já nos primeiros momentos do Regime Militar a repressão voltou-se contra as rádios que haviam ensaiado algum tipo de resistência. No dia 1º de abril, a Mayrink Veiga teve seus transmissores lacrados, voltando ao ar apenas três semanas depois. (Ferraretto, 2000, p. 150)

A Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, era uma estação comercial que, após sofrer este ataque inicial do Golpe e ter retornado ao ar, acabou com sua concessão cassada em novembro de 1964. Mas também emissoras não comerciais da época foram atingidas pelo tacão do regime já nas suas primeiras horas de tomada do poder. Deste segmento, uma das mais impactadas nos primeiros dias do Golpe foi a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Estatizada em 1940, a Nacional não assumiu sua natureza estatal na época. Continuou funcionando como uma estação comercial e, contraditoriamente, transformou-se na emissora padrão do hegemônico sistema privado brasileiro e uma das maiores referências radiofônicas na Era do Ouro do meio, nas décadas de 40, 50 e 60 do século 20.

[...] o rádio comercial vive sua Era de Ouro até início dos anos 60. A PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro é estatizada pelo governo federal, mas continua operando como emissora comercial. E paradoxalmente, torna-se uma das maiores expressões desta época áurea da radiofonia comercial, que se tornou hegemônica na radiodifusão brasileira. (Zuculoto, 2012b, p. 68)

Certamente pela sua popularidade, audiência e expressão junto à sociedade brasileira, o regime ditatorial que se implantava no país logo tratou de controlar a emissora. Poucos dias após o Golpe, a Nacional passa a ser dirigida por um interventor, Mario Neiva Filho, e dezenas de seus profissionais e estrelas são afastados, investigados, demitidos. (Ferraretto, 2000). A Rádio

MEC AM do Rio de Janeiro, a primeira emissora educativa do país e uma das mais conceituadas emissoras não comerciais daquele período, igualmente sofre intervenção imediata, já no 1º de abril.

O que ocorreu com as emissoras públicas durante o regime autoritário de 20 anos a partir do Golpe de 64 é o nosso objetivo geral de pesquisa sobre o rádio e a ditadura. Adotamos aqui a denominação “rádios públicas” para as emissoras não comerciais. Isto porque, mesmo tendo vinculação estatal, como no caso da Nacional e da MEC, a maioria vem construindo suas histórias e suas programações autodefinindo-se como públicas (Zuculoto, 2012b). Desta forma, apesar de a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelecer três sistemas para a radiodifusão nacional – o privado, o estatal e o público –, realizamos este estudo com a compreensão de que os modelos de rádio público e rádio estatal, no Brasil, desenvolvem-se imbricados.

[...] esta busca por um modelo público se dá quase que exclusivamente no que se refere à programação, já que o segmento permanece com gestão e financiamento estatais. De fato, a história do rádio público brasileiro está determinantemente emaranhada com a do rádio estatal. (Zuculoto, 2017, p. 57).

Especificamente nesse artigo, apresentamos resultados iniciais desta (re) constituição histórica em andamento. Primeiramente, identificamos e contextualizamos estações referenciais do segmento não comercial naquele tempo sombrio do Brasil: as Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro, a Inconfidência de Minas Gerais, Cultura de São Paulo e as emissoras das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Goiás. Na sequência, observando que a Nacional e a MEC foram emissoras de relevante expressão na radiofonia do país e das mais atingidas, evidenciamos impactos violentos mais imediatos que sofreram durante ou logo após o Golpe.

[...] a Nacional foi o exemplo mais acabado e bem-sucedido em termos de meio eletrônico de comunicação massiva no período anterior ao advento da televisão. De fato, trata-se da única emissora de rádio do país a merecer o qualificativo de “nacional” [...] Já a MEC é a herdeira do sonho educativo de Edgard Roquette-Pinto, principal incentivador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, segunda entidade dedicada à irradiação de mensagens sonoras no país, pioneirismo dividido com o

Rádio Clube de Pernambuco. Colocado em face da possibilidade de transformar a emissora em um negócio, Roquette- Pinto não hesitou, doando a emissora para o então Ministério da Educação e Cultura. Se uma representou o apogeu do rádio como negócio, a outra, já sob a hegemonia das emissoras comerciais, garantiu um espaço para o educativo e o cultural neste novo cenário. (Del Bianco; Klöckner; Ferraretto, 2017, p. 8)

Este panorama que contextualizamos e aqui refletimos preliminarmente constitui bases para, no andamento do estudo, realizarmos a revisão da trajetória histórica dessas emissoras ao longo de todos os 20 anos da ditadura e análise dos impactos que sofreram com o regime de arbítrio que assolou o país.

Assim, apresentamos neste artigo primeiros resultados de um estudo mais amplo, em perspectiva histórica e de natureza exploratória. Trilhamos percursos metodológicos e técnicas de coleta de dados aliando estratégias de pesquisa, da História específica da Comunicação, em revisão bibliográfica e análise documental, como método e técnica (Moreira, 2015; Cellard, 2008). Entre nossas referências principais, para tanto, está Marialva Barbosa (2005; 2008; 2017; 2019), para quem investigar a história do jornalismo e da comunicação impõe compreender que se trata de processo e este é complexo. Precisa ser estudado levando em conta do passado até o presente, mesmo quando se investiga fenômenos contemporâneos.

[...] não podemos esquecer nunca que esses são processuais, ou seja, se desenrolam no tempo. Então, tem um passado que deve ser compreendido para que você entenda tais fenômenos na sua total complexidade, sem essa lógica processual, você não consegue refletir com clareza. Não há presente absoluto, esse está inserido em uma linha temporal que vem do passado até agora, e esses processos se complexificam ao longo desse tempo. (Barbosa, 2019, p. 130).

Isto porque não significa apenas “trazer o passado para o presente, tal como ele se deu”. Segundo a pesquisadora, “o passado está irremediavelmente perdido”. Ao mesmo tempo, há um “passado que não passa”, como se expressa Henry Rousso (2016), e o tema aqui abordado, dos impactos da ditadura sobre as rádios, é um desses casos. Trata-se de um tempo histórico que a sociedade

brasileira, sobretudo, merece (re) conhecer no âmbito da “guerra de memórias” estabelecida em torno da ditadura, de suas realidades históricas que exigem ser evidenciadas, inclusive para as devidas reparações.

Marialva Barbosa (2005) propõe que investiguemos o passado “como uma espécie de pretexto para se referir ao presente”:

É neste sentido que o passado serve para iluminar o presente: não para nos fornecer ensinamentos, para que não cometamos os mesmos erros (outra forma de perceber a história), mas como um lugar imaginário de onde tiramos inspiração, buscamos fontes, escutamos personagens – os mortos –, para falar daquilo que hoje seria importante para a reflexão e, a partir dela, para a mudança. (Barbosa, 2005, p. 102-103).

Para embasamentos teóricos e metodológicos também se utiliza de concepções de Schudson (1993), que defende a relevância da escrita da história propriamente dita da comunicação articulada com a história cultural, política, econômica e/ou social; Romancini (2004; 2005), que também em perspectiva interdisciplinar evidencia aproximações entre história e jornalismo; e Martino (2008), nas suas análises igualmente relacionando estas articulações. Na fase de revisão bibliográfica, coletamos dados em livros e outras publicações, usando como fontes pesquisadores do rádio e da comunicação como Ferraretto (2000), Perosa (1995), Sodré (2011), Zuculoto (2012), Cunha Lima (2008), Milanez (2007), Baumworcel (2006). Em suas obras aqui citadas, estes autores trazem informações históricas sobre emissoras bem como quanto aos impactos da ditadura na mídia da época. Além disso, percorremos acervos de emissoras e outras instituições como Soarmec – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC, onde buscamos rastros e vestígios, elementos que são bases para as (re) constituições de relatos históricos, na tentativa de conformar histórias não contadas ou mal contadas. Assim como compreende Marialva Barbosa, quando reflete sobre revisões históricas.

A história da comunicação, como qualquer história, passa periodicamente por revisões, seja porque foi descoberto ao acaso um arquivo precioso e que deixa ver sistemas de comunicação em toda sua complexidade,

seja porque as inquietações do tempo obrigam a direcionar o olhar para o passado, tentando compreender turbilhões e redemoinhos de mudanças que avançam sobre cada um de nós no mundo que denominamos contemporâneo. (Barbosa, 2017, p. 7)

O Golpe contra o rádio público

“Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda falando de lado
E olhando pro chão, viu”

(trecho de “Apesar de Você”, de Chico Buarque, uma das músicas mais críticas à ditadura e que tão logo lançada, em 1970, foi censurada pelos militares)

Em 1964, o total de emissoras que poderiam, então, ser conceituadas como estatais/públicas, oficialmente não chegava a duas dezenas e se constituía, em especial, por rádios AMs. O segmento não comercial, reconhecido como educativo, recém ganhava a perspectiva de um crescimento um pouco mais rápido, em termos de número de estações outorgadas, sob a nova legislação da radiodifusão da época, de 1962. Mas a possibilidade de ampliação do número deste grupo de estações viria realmente apenas anos mais tarde, com o advento e a consolidação do FM. Em 1965, ocorre a reserva dos canais educativos de rádio e televisão. E somente mais de dez anos depois, em 1977, é que o Ministério das Comunicações publica o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em FM, implementando a categorização entre educativos e comerciais. Porém, já no recrudescer da ditadura, em 1984, apenas 20 canais de FMs educativas tinham sido outorgados. Nestes, 14 emissoras já transmitiam, mas seis ainda estavam em fase de implantação. (Blois, 1996).

Entretanto, mesmo não sendo muitas, as rádios estatais/públicas na época do golpe de 64 já se destacavam na radiofonia brasileira, buscando construir modelos de programação diferenciados do sistema comercial

(Zuculoto, 2012b). Conforme revisão de periodização histórica específica do segmento, produzida em pesquisa anterior, naquele período específico em que se instaurou a ditadura, a partir de abril de 64, o grupo das estatais, educativas, culturais e universitárias/públicas vivia sua segunda fase, a do ensino pelo rádio, abrangendo da metade da década de 40 ao início dos anos 70.

Meados dos anos 40 ao começo da década de 70: 2ª fase – Ensino pelas ondas radiofônicas - é aquela em que o sistema efetivamente começa a se desenvolver buscando se firmar como educativo. O segmento passa a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas. Enquanto isso o Rádio Comercial vive sua Era do Ouro até início dos anos 60. (Zuculoto, 2012b, p. 68)

Ao iniciarmos este estudo, um dos primeiros movimentos foi de identificação das principais emissoras educativas do período em torno do Golpe de 64. Evidenciamos entre as de maior destaque a Rádio MEC do Rio de Janeiro, um dos focos deste artigo, como a que iniciou o sistema educativo no país e como a principal do grupo naquele específico momento histórico; a Rádio da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, muito mais por ter sido a primeira estação universitária do Brasil, inaugurada em 1957; e a Rádio da UFG – Universidade Federal de Goiás, criada em 62, mas que só passa a transmitir regularmente em 65. A estação de Goiás também reivindica ser a primeira rádio universitária do país. Isto se deve ao fato de realmente ter recebido a primeira outorga de canal para radiodifusão educativa, instituída a partir da legislação de 62. (Zuculoto, 2012b).

As rádios Nacional do Rio de Janeiro e Inconfidência de Minas Gerais, embora também estatais/públicas e incluindo em partes de suas programações algumas produções instrucionais da época, funcionavam com mesmo modelo de programação das comerciais. Também tinham suas gestões e administrações semelhantes ao do rádio privado, igualmente porque suas concessões datam de 1936. A Inconfidência já entrou no ar como estatal/pública, outorgada ao governo de Minas Gerais. A Nacional iniciou suas transmissões com concessão comercial em 1936 e foi estatizada em 1940,

pelo então presidente Getúlio Vargas. (Ferraretto, 2017; Zuculoto, 2017). Também em 1936, outra emissora referencial para o segmento, a Cultura de São Paulo, entra no ar. Da mesma forma que a Nacional, a Cultura paulista começou privada e somente em 1969, em plena ditadura, foi incorporada pelo governo de São Paulo à Fundação Padre Anchieta. (Cunha Lima, 2008)

O Golpe destrói, persegue, demite, prende e silencia

Verificamos que, no período específico do Golpe de 64 e nos anos imediatos à instauração da ditadura, as emissoras estatais/públicas consideradas educativas começam a se consolidar nesta linha voltada à educação – tanto por meio do ensino instrucional, sobretudo ministrando aulas pelas ondas radiofônicas, como pelo não formal, com programas educativos – e a cultural, como mencionado anteriormente.

Enquanto a Rádio Nacional e todo o segmento comercial viviam sua fase áurea, as emissoras não-comerciais começam a se firmar como educativas, dando ênfase a programas definidos como voltados à educação e especialmente, ao ensino formal, transformando estúdios radiofônicos em verdadeiras salas de aula. Transmitiam de aulas de matemática até educação física, passando pelo inglês, português, história, entre outras matérias escolares. (Zuculoto, 2012b, p. 123)

Além destes instrucionais, irradiavam muitos programas musicais e culturais, que também tinham o objetivo de educar, compreendendo-se educação no seu sentido mais amplo e como disseminação do conhecimento. E justamente contra a maior referência educativa da época, a Rádio MEC RJ, é que, entre outras, a ditadura se voltou com força destruidora já nas suas primeiras horas. No mesmo dia 1º de abril de 1964, o interventor Eremildo Luiz Viana¹ tomou a emissora. Maria Yedda Linhares, a diretora naquele momento, foi demitida e passou a sofrer perseguições.

A pesquisadora Ana Baumworcel (2006, p.3) relatou assim as primeiras

¹Eremildo Luiz Viana (1913-1998) foi um historiador e professor universitário, que lecionava História Antiga e Medieval na Faculdade Nacional de Filosofia. Ficou conhecido pelo seu apoio à Ditadura Militar. Assumiu o comando da Rádio MEC sob o pretexto de que havia lá um foco de agitação, com rumores de que haviam armas armazenadas para uso em atos subversivos.

ações da ditadura contra a MEC e como foi a invasão:

Naquele abril de 1964, Eremildo, acompanhado de dez pessoas armadas, que segundo Maria Yedda eram filiadas ao MAC (Movimento Anticomunista), invadiu a Rádio MEC para destituir a diretora, “a mando do alto comando da revolução”. A secretária da Rádio MEC, Sandra Ribeiro da Costa, barrou os invasores e chamou seu pai para ajudá-la, o ministro do Supremo Tribunal Militar, Orlando Ribeiro da Costa. Só com um documento da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, Eremildo conseguiu entrar na emissora e lá ficou como diretor de abril de 1964 até dezembro de 1969.

O livro Rádio MEC – Herança de um Sonho (Milanez, 2007) narra que ocorreu uma verdadeira tomada da estação pelos golpistas.

Junto com o governo militar, assume a direção, em 1º de abril, Eremildo Luiz Vianna. Permanece no cargo até 3 de dezembro de 1969. Eremildo ficou conhecido por ter “tomado” a emissora de arma em punho e, posteriormente, perseguido funcionários e colaboradores. Foi criticado por cronistas como Sérgio Porto, Carlos Heitor Cony e outros. (Milanez, 2007, p. 217)

E conforme Baumworcel (2006, p. 1), na época o episódio foi assim contado em crônica de Stanislaw Ponte Preta no jornal “Última Hora”: “O Sr. Eremildo Vianna, o distinto que tomou de assalto a Rádio Ministério de Educação, por motivo de vingança, continua a futricar em nome da revolução, para apanhar mais toucinho”.

Outros dos ataques iniciais mais violentos do “novo” diretor foi tirar do ar um dos mais destacados programas da emissora, o “Quadrante”, apresentado pelo ator Paulo Autran. Em depoimento ao informativo “Amigo Ouvinte”, da Soarmec, em trechos transcritos no livro “Rádio MEC – herança de um sonho” (Milanez, 2007), o ator relembra aqueles “tempos difíceis, tempos tristes”:

Quando veio o golpe militar, a Rádio MEC caiu nas mãos de um senhor chamado Eremildo Viana, que, se tinha cultura, não demonstrava. (...) Ele queria mesmo era acabar com todo e qualquer programa que tivesse liberdade artística de escolha ou qualquer coisa assim. E, então, ele acabou com o Quadrante. A essa altura eu já tinha vários anos de Rádio MEC, já estava como funcionário público da Rádio, e continuei a participar de outros programas, lendo sempre crônicas ou trabalhos de alguém. [...] Ele não podia me demitir, mas continuou me dando coisas completamente desinteressantes para ler no microfone, e eu acabei pedindo demissão da Rádio Ministério da Educação, contra a vontade de vários colegas. Esta foi a minha passagem pela Rádio MEC, uma passagem

muito agradável, de glórias, até o golpe de 64 e, depois, uma coisa meio constrangedora. (Autran *apud* Milanez, 2007, p. 203)

Nos acervos da Soarmec e em Milanez (2007), são inúmeros os depoimentos e dados recuperados acerca daqueles tempos realmente difíceis e tristes da emissora considerada marco inicial do sistema educativo, maior expressão do segmento na época e que também carrega o emblema de ter nascido de uma das primeiras estações radiofônicas implantadas no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Quando a ação destruidora do Golpe se abateu sobre a rádio, era este o cenário lembrado por Edino Krieger, maestro, músico e compositor, que foi produtor e diretor musical da MEC:

[...] A programação musical tinha, ela própria, um caráter educativo, de formação e informação do público radiouvinte. [...] Mais do que uma emissora radiofônica, a Rádio MEC se tornou, nas décadas 50 e 60, um verdadeiro centro de atividades culturais, promovendo eventos especiais como os Concursos para Jovens Intérpretes, de Crítica Musical e Corais Escolares, estes últimos organizados com apoio da Associação de Canto Coral, tendo Villa-Lobos, ainda vivo, como patrono. A difusão da música clássica no Brasil teve e tem, com certeza, na Rádio MEC de ontem e de hoje, um dos seus instrumentos mais valiosos e eficientes. (Krieger, 2007, p 115)

Em outro depoimento, intitulado “Eremildo Viana: diretor com mãos de ferro”, também ao informativo “Amigo Ouvinte”, que até 2013 se encontrava disponível no site da Soarmec, desativado posteriormente, tendo seu acervo doado principalmente para a UFRJ, é Edino Krieger quem relata o desmonte praticado pela ditadura na emissora. Krieger lembra que “Eremildo fez uma verdadeira caça às bruxas pela ideologia e vinculações políticas”. E lamenta ainda que a MEC “[...] não conseguiu se recuperar das perdas vindas da ditadura”. Neste acervo da entidade, os depoimentos se sucedem, evidenciando o quanto o Golpe, de imediato, e na sequência, também os governos da ditadura prejudicaram a emissora. Na gestão de Eremildo Viana, ainda como exemplo, houve muitas perseguições e demissões de funcionários, a começar pela diretora Maria Yedda Linhares, cuja gestão era bastante elogiada e que foi por ele destituída. É a ex-diretora quem relata o que aconteceu:

Cheguei à Rádio MEC em meados de 1963, em pleno governo de Jango Goulart – que tinha como Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso, católico, da A.P. Paulista. Momento de efervescência política, quando setores de esquerda eram nacionalistas, lutavam pelas reformas de base e defendiam a democratização da sociedade brasileira pela aplicação de políticas de distribuição de renda equitativa. Pensava-se, como eu, que seria possível acabar com as oligarquias e pôr em prática as reformas necessárias capazes de dar acesso à terra, ao trabalho, à educação, à cultura. [...] Minha passagem pela Rádio MEC rendeu-me, ao longo da ditadura, em parte por denúncias de Emerildo Luiz Vianna, oito inquéritos policiais militares, três prisões, aposentadoria pelo AI-5, exílio de seis anos na França, onde fui nomeada pelo Governo Francês professora titular visitante (professeurassocié). Tenho a alegria de lembrar tudo isso de coração leve e mente aberta. Cumprir minha missão e não me arrependo, graças a Deus. (Linhares, 2007, p. 207-209)

O Golpe e a ditadura que instaurou no Brasil, nos seus primeiros tempos aqui evidenciados, foram implacáveis contra a Rádio MEC do Rio de Janeiro, promovendo um desmonte da emissora, com destruição de acervo, retirada de programas do ar e perseguição aos seus funcionários, entre outras ações já reveladas. A pesquisadora Ana Baumworcel, referindo-se à MEC em artigo sobre “A censura à rádio educativa”, descreve assim aqueles tempos:

O agonizante declínio de uma emissora cultural que teve em seus quadros cientistas, acadêmicos e intelectuais, como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Guerra-Peixe, Radamés Gnattali, Francisco Mignone, Alceo Bocchino, Edino Krieger, Fernanda Montenegro, entre tantos outros. Chocante imaginar uma emissora formada por “homens de letras” se transformar quase numa “prisão”. Quando tomou posse, Emerildo botou todos os funcionários em fila e ficou examinando uns papéis durante meia hora. Segundo Sergio Porto parecia “um bedel de colégio interno examinando boletim de garoto levado. Depois levantou a cabeça (...) e explicou que ali todo mundo era suspeito. Estava instalado o regime do dedo-duro” (Baumworcel, 2006, p. 3)

A Nacional, uma rádio estatal que funcionava em modelo de veículo comercial e acabou tornando-se o exemplo do sistema privado, hegemônico na radiodifusão do Brasil, igualmente sofreu ataques imediatos do regime de arbítrio instalado com o Golpe de 64.

Também a Nacional, que tentara repetir o episódio da Legalidade, vai sofrer o impacto da chegada dos militares ao poder. Dias depois do golpe,

o radialista Mario Neiva Filho foi nomeado diretor da emissora. Rapidamente, ele elabora um relatório sobre a atuação, dentro da rádio, dos subversivos – aqueles que defendiam a legalidade do governo deposto. Sessenta e sete funcionários são afastados, outros 81 passam a ter suas vidas investigadas. (Ferraretto, 2000, p. 151)

Em várias publicações sobre a Rádio Nacional há informações de que o relatório foi elaborado contando inclusive com denúncias de outros radialistas da emissora, que teriam delatado os colegas.

Se a TV enfraquecia a Rádio Nacional aos poucos, as denúncias de César de Alencar, Hamilton Frazão e Celso Teixeira, que entregaram, nos idos de 1964, dezenas de colegas de emissora às autoridades militares, foi o golpe de misericórdia. Cambaleante na disputa com a televisão, a dispensa de atores, atrizes e cantores do porte de Eurico Silva, Paulo Roberto, Oduvaldo Viana, Mário Lago, Hemílcio Fróes, Herivelto Martins, Jorge Goulart, Nora Ney, Jonas Garret, Isis de Oliveira, Ghiaroni, Paulo Gracindo, Marion e João Saldanha, entre outros, jogou a Rádio Nacional no chão. (Aguiar, 2007, p.25)

O episódio dos verdadeiros expurgos patrocinados pela ditadura contra a equipe da Rádio Nacional, nos primeiros tempos do Golpe de 64, é contado em diversas publicações, de obras memorialistas ou de pesquisas científicas a matérias informativas em rádio, TVs ou na Web. Produzido pelas próprias emissoras Nacional e MEC, o docudrama "Eles não nos calaram", em formato de radioteatro, lembrou o acontecimento da "lista" de demissões em 2014, nos 50 anos do Golpe, inclusive com a participação de dois dos funcionários demitidos e perseguidos na época: Gracindo Júnior e Gerdal dos Santos. (EBC, 2014). O repórter Paulo Virgílio (2014) também relatou o caso em matéria intitulada "Rádio Nacional é invadida por militares por dar voz à resistência ao golpe", publicada na Agência Brasil, da EBC, em 31 de março de 2014, igualmente marcando os então 50 anos do Golpe.

A Rádio Nacional foi tomada pelos militares na tarde do dia 1º de abril de 1964. Nas horas que antecederam à invasão ainda ensaiou a resistência. Na madrugada do Golpe, por exemplo, "entre os que usaram os microfones da **Rádio Nacional** em defesa da democracia esteve o então deputado federal

Rubens Paiva, depois cassado e, finalmente, morto após sequestro e tortura por militares da Aeronáutica e do Exército”. (Vírgilio, 2014).

Também conforme a reportagem, durante a luta pela anistia no Brasil, “no final da década de 70, os expurgados da **Nacional** formaram uma comissão”, liderada pelo ator, cantor, compositor e poeta Mário Lago. Defendiam a reintegração dos expurgados, o que só conseguiram em 1980, quando alguns já haviam falecido. O jornalista e radioator Gerdal dos Santos foi um dos reintegrados e trabalhou na Nacional até 2018, completando mais 60 anos na emissora. Morreu em 2022, aos 92 anos.

Também como já referimos anteriormente, a Cultura de São Paulo, naquela época, ainda não havia sido vinculada pelo governo paulista à Fundação Padre Anchieta. A incorporação se deu somente em 1969, desde quando a Cultura passou a buscar uma programação mais identificada com as educativas da época. Da mesma forma que as demais estações do segmento, observamos que a Cultura acabou beneficiando-se da política de integração nacional implementada pelos militares. Essa política fez com que investissem na radiodifusão e ampliassem o espaço para sistema educativo.

Principalmente as estações educativas eram responsáveis pela produção e distribuição de grandes produtos e projetos radioeducativos como Colégio no Ar, Projeto Minerva, entre muitas outros que tinham transmissão também pelas demais emissoras do país. (Cunha Lima, 2008; Blois, 2007)

Na produção do “Colégio no Ar”, por exemplo, estiveram envolvidas as rádios da Universidade do Rio Grande do Sul (junto com a Fundação Padre Landell de Moura), a Cultura e a MEC. O Projeto Minerva foi produzido e veiculado especialmente a partir das instalações da Rádio MEC, em coproduções com a Cultura. Posteriormente, já ao final da ditadura e vivendo a fase áurea da radiodifusão educativa, o SINRED, tendo a maior parte do tempo a MEC como cabeça de rede e muitas vezes também a Cultura, foi outra possibilidade de avanço para o segmento. Porém, há integrantes do próprio rádio educativo que acreditam que períodos como o do Minerva e do SINRED,

mesmo em plena ditadura, permitiram reerguer emissoras do grupo, uma delas a MEC.

[...] Nos anos 1970, o Serviço de Radiodifusão Educativa (SER), do MEC, ao qual a Rádio era subordinada, fica responsável pela produção e veiculação do Projeto Minerva, a mais importante iniciativa governamental do uso do rádio para fins educativos. O “Brasil grande” precisava de cidadãos que continuassem sua escolarização, saídos das salas de aula do Mobral espalhadas por todo País. Grandes educadores voltavam a ganhar espaço nas ondas do rádio, então em rede nacional, com ofertas dos Cursos de 1º e 2º Grau, e séries e cursos para professores. Mestres como Aurélio Buarque de Holanda, Arnaldo Niskier, Jairo Bezerra, Domício Proença Filho, Arno Welling, entre outros, deram sua inestimável contribuição, nesse momento em que a educação brasileira passava por grande transformação. [...] (Blois, 2007, p.143)

As emissoras estatais/públicas começam, então, a sua Era de Ouro, possibilitada inclusive a partir das políticas desenvolvimentistas do regime militar, principalmente pelo incentivo à produção de programação educativa, com ênfase no ensino instrucional. A política de integração nacional também trouxe estímulos ao crescimento do meio com o Plano de distribuição, mas especialmente para o segmento não comercial com o estabelecimento da reserva dos canais educativos, como contextualizamos anteriormente.

Considerações

Esses são os primeiros resultados de um estudo histórico em andamento, visando uma revisão, sistematização e ampliação do relato sobre o que ocorreu com as estações estatais/públicas, do então chamado segmento educativo, nos tempos próximos e imediatos ao Golpe de 1964.

Preliminarmente, já é possível observar que rádios do segmento não comercial daquela época, a exemplo também de outras emissoras radiofônicas do sistema comercial, foram alvos preferenciais do Golpe de 64 na área da comunicação e do jornalismo. Afinal, como as estações aqui evidenciadas, o rádio era, então, uma das mídias mais populares e de maior audiência. Embora já enfrentasse a concorrência da televisão, continuava sendo o meio de massa

mais acessível à população, pois, ao contrário da nova mídia emergente, atingia todas as camadas.

O meio tinha maior alcance geográfico e de mobilidade (com o rádio portátil conseguia ser ouvido nos mais variados lugares e nas mais diversas situações do cotidiano das pessoas), mais baixo custo (tanto de produção quanto de recepção) e por se utilizar somente da linguagem oral para se comunicar com a audiência, dispensava, por exemplo, saber ler. (Zuculoto, 2012a). Na época do Golpe de 64, o índice de analfabetos no Brasil chegava a quase 40% da população brasileira a partir dos 15 anos (INEP, s/d).

Além disso, especialmente o grupo de estatais, universitárias e culturais já começava a consolidar, então, uma programação denominada educativa, que ao chegar no seu auge nas décadas seguintes, de 1970 e 1980, levou o segmento a também ter uma Era de Ouro (Zuculoto, 2012b). Assim, ao mesmo tempo em que buscou silenciar e impedir resistências da mídia radiofônica ao Golpe, a ditadura vislumbrou justamente no rádio um dos instrumentos para implementar suas políticas de desenvolvimento e de integração nacional. Investindo na programação educativa que já se produzia e alavancando sobretudo o ensino instrucional pelas ondas radiofônicas, o regime tentou também atacar um dos graves problemas sociais daquele tempo, o analfabetismo.

Como ainda evidenciamos neste artigo, a expansão do número de emissoras também foi possibilitada, com o estabelecimento de canais educativos na legislação da radiodifusão e, ainda, com a criação da faixa FM. Mas se não calou totalmente o rádio, a ditadura impactou de forma determinante o meio no Brasil e ainda há muito por investigar, inclusive acerca do desmonte no período específico do Golpe de 64. Para a Rádio Nacional, por exemplo, o Golpe é apontado como um dos grandes responsáveis pela sua decadência.

Ainda sob os impactos dos “golpes” sofridos nas décadas de 50, logo depois a emissora amarga outro choque considerado e aqui compreendido como um dos principais responsáveis pelo aguçamento de seu declínio. [...] não apenas o advento da televisão está entre as

principais causas da derrocada, como também a ditadura instaurada em 1964. Autores como Goldfeder (1980), Ferraretto (2000) e Aguiar (2007), além de radialistas que integravam o quadro da Nacional à época, são categóricos ao apontar o desmonte da emissora a partir do Golpe de 64 como um dos principais causadores da sua decadência. (Zuculoto, 2017, p. 62)

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar

(outro trecho de “Apesar de Você”, de Chico Buarque, uma das músicas mais críticas à ditadura e que tão logo lançada, em 1970, foi censurada pelos militares)

O outro dia da música de Chico Buarque chegou tão somente 20 anos depois. Hoje, 60 anos após o Golpe de 64 ainda reivindicamos nosso direito a muitas explicações e punições dos que fizeram chorar a nossa pátria mãe gentil.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história**. In.: BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs). Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

BARBOSA, Marialva Carlos (org.). **Os manuscritos do Brasil** – Uma rede de textos no longo século XIX. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Mirar o Presente Olhando o Passado: O Risco do Foco Presentista nos Estudos de Comunicação Permeados pela Mídia**. [Entrevista cedida a] Ana Paula Heck et al. Revista UNINTER de Comunicação, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 129 – 131, jun. 2019

BAUMWORCEL, Ana. **A censura à rádio educativa**. In.: Encontro Nacional de História da Mídia, 4, GT História da Mídia Sonora, 2006. Anais... São Luís do Maranhão:

Associação Maranhense de Imprensa; Rede Alfredo de Carvalho - ALCAR; Uniceuma; UFMA e Faculdade, 2006.

BLOIS, Marlene. **Florescem as FM Educativas no Brasil**. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos. Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

BLOIS, Marlene. **Rádio MEC** – A mais concretizada expressão da radiodifusão educativa. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008

CUNHA LIMA, Jorge da. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

EBC. **Eles não nos calaram**. Rio de Janeiro: Rádios Nacional e MEC, 2014. Disponível em: <https://busca.ebc.com.br/sites/radios/nodes?q=Eles+n%C3%A3o+nos+calaram> Acesso em: 01 out. 2024.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: INEP, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil> Acesso em: 02 out. 2024

KRIEGER, Edino. **Rádio MEC: um centro de difusão da música clássica**. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

KRIEGER, Edino. Eremildo Viana: diretor com mãos de ferro. In.: **Amigo Ouvinte**, Soarmec. Disponível em http://www.soarmec.com.br/AMIGO_43.pdf Acesso em 05 ago. 2024.

LINHARES, Maria Yedda. **Confissões sobre o próprio trabalho**. In.: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p. 207-209.

MARTINO, Luiz C. **Classificação e exame crítico da literatura sobre História da Comunicação**. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008. p. 27-43.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica** [p. 269-279] In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em**

comunicação. 2. ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique**. Análise do Programa de Rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume:ECA-USP, 1995.

ROMANCINI, Richard. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre jornalismo. **Revista PJ:Br** – Jornalismo Brasileiro. São Paulo, ECA/USP, v.3, n. 3, 2004. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaios3_a.htm. Acesso em: 07 ago. 2024

ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In.: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 28, NP 02 – Jornalismo, Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5, 2005. Anais... Rio de Janeiro: Intercom, UERJ, 2005.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In.: JENSEN, K.B; JANKOWSKI, N.W.(orgs). Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas. Barcelona: Bosch, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

VIRGILIO, Paulo. Rádio Nacional é invadida por militares por dar voz à resistência ao golpe. **Agência Brasil**, EBC, 31/03/ 2014. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/radio-nacional-e-invadida-por-militares-por-dar-voz-a-resistencia-ao-golpe> Acesso em: out 2024

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar**: a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **Rádio Nacional do Rio de Janeiro** - de emissora comercial nacional a rádio pública local. In: DEL BIANCO, Nelia; KLÖCKNER, Luciano; FERRARETTO, Luiz Artur. 80 anos das rádios Nacional e MEC [recurso eletrônico], ed.1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017